

O PT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

OS INSTRUMENTOS DE AÇÃO

1- Na atual conjuntura, as elites se unificaram em torno de alguns pressupostos básicos do projeto neoliberal e deram formato a uma maioria expressiva dentro do Parlamento, isolando os setores sociais e políticos que a eles se opõem e impondo a desarticulação dos alicerces econômicos que podem dar sustentação a um projeto nacional para o Brasil.

Os movimentos sociais que se opõem aos projetos de ajuste são fatores fundamentais para organizar uma reação. É papel do PT vincular-se a estes movimentos e contribuir para organizar estas lutas.

É necessário estreitarmos de vez, do ponto de vista partidário, as ações entre os militantes petistas do movimento sindical e popular, das cidades e do campo. O espaço político do PT na sociedade brasileira é determinado, em larga medida, pelo vigor dos movimentos sociais e pela qualidade dos laços que o Partido conseguiu manter com eles. O sentido da ação política do PT é inseparável dos movimentos sociais que o geraram e da perspectiva de forçar novos espaços de participação popular e de reafirmar-se como espaço político dos excluídos.

2- A ação partidária nos movimentos sociais deve ter lugar obrigatório na vida interna do PT. Não se trata apenas de discutir a situação dos movimentos e a solidariedade do Partido para com eles; nem se trata somente da discussão das pautas reivindicatórias dos movimentos. O PT deve ter como meta dirigir politicamente a ação dos petistas nos movimentos sociais, assumindo, como Partido, o que hoje é feito pelas tendências do PT, principalmente no movimento sindical. É preciso institucionalizar nos Encontros – Nacional, estaduais e municipais – o espaço adequado para a realização deste debate, ocupando parte substancial do espaço que hoje é consumido para a discussão das táticas eleitorais. Para vertebrar sua ação, o PT deve definir com clareza os papéis dos organismos partidários responsáveis pela formulação das políticas e direção da ação concreta e cotidiana dos petistas nos movimentos de massa.

3- A disputa pelo destino de nossas cidades não deve ser tarefa apenas do movimento popular. A questão agrária não deve ser tratada em separado da questão urbana. A luta pelo salário, desenvolvida nos sindicatos e nas fábricas, deve ser somada à luta por condições de vida das associações comunitárias e dos bairros.

A construção de identidades, a luta contra as discriminações, preconceitos e desigualdades não pode ser coisa de mulher, índio, idosos, portadores de deficiência ou de homossexuais. Nossas ações devem ser globalizadas, o que se faz em três níveis: através da adequação entre as políticas setoriais e a política geral do Partido; através da discussão, pelo Partido, de cada uma das políticas setoriais; e, no plano da organização, a criação de instâncias partidárias adequadas a estes objetivos.

4- Cabe aos Encontros partidários (municipais, estaduais e Nacional) aprovar as linhas de massa do Partido: sindical, popular, agrária, estudantil etc. Cabe aos Encontros setoriais, em todos os níveis, discutir e propor ao Partido tais linhas. Estas

linhas orientam a ação geral de cada petista, nos movimentos, e a ação do Partido frente a tais movimentos (a decisão de que o PT defende, no movimento sindical, a participação na CUT e na Central de Movimentos Populares, por exemplo, é obrigatória e universal).

5- Cabe à direção partidária, em todos os níveis, discutir e definir qual a política concreta, em cada momento, do Partido para os movimentos. Cabe às coordenações setoriais, em todos os níveis, discutir e propor ao Partido tais políticas, garantindo a sua efetivação prática.

6- Os Encontros setoriais, além de discutirem a política setorial do Partido e elegerem sua coordenação respectiva, elegem também delegados aos Encontros partidários e membros para as direções, valendo para os encontros setoriais as mesmas regras de proporcionalidade e quórum do conjunto do Partido, exceção feita aos casos previstos no Regimento.

7- O conjunto de secretários responsáveis por frentes de massa, mais os coordenadores-gerais dos setoriais e o secretário de Assuntos Institucionais, forma um fórum partidário permanente (Frente de Massas). Cabe a este fórum organizar, ainda no segundo semestre de 1995, um Encontro de Prefeitos e bancada, juntamente com lideranças petistas dos movimentos sociais, a fim de discutir e encaminhar políticas conjuntas.

8- A constituição das Secretarias Sindical, Agrária, de Movimentos Populares e Juventude como organismos formuladores e executores das políticas do Partido dentro dos movimentos de massa, contando com os recursos humanos e materiais para isso, é indispensável.

As instâncias diretivas do PT nos últimos anos não têm cumprido sua tarefa essencial, qual seja, a de dirigir o Partido. Em grande medida, as decisões políticas tomadas pelo Diretório Nacional e pela Executiva Nacional não se convertem em ação política efetiva porque os canais para essa efetivação não funcionam adequadamente. O resultado é a paralisia política do principal partido de oposição ao projeto neoliberal, incapaz de traduzir em fatos as deliberações que toma.

9- Não é mais possível aceitar o DN como uma espécie de parlamento que não assume qualquer compromisso efetivo com aquilo que decide, nem tolerar dirigentes que ocupam uma cadeira do DN mas não assumem qualquer função efetiva de dirigente nacional ao regressar ao seu estado. Convidar os principais dirigentes petistas das organizações populares de caráter nacional para participar das reuniões do DN e comprometer seus membros com a efetividade das decisões que votam é condição indispensável para garantir maior sensibilidade do Partido com as lutas sociais e a representatividade necessária para que os escalões intermediários e as bases partidárias traduzam resoluções em fatos. Colaborando com isso, é fundamental um efetivo trabalho de formação política.

10- A construção de uma agenda política própria dos movimentos de massas não pode estar submetida às exigências dos momentos eleitorais. Nem, tampouco, deve ser previamente limitada por aquilo que nossos governos considerem “possível” numa determinada conjuntura. Essa agenda política deve levar em conta nossas atividades institucionais (nos parlamentos e governos), mas deve estar baseada na capacidade de mobilização e pressão próprias dos movimentos sociais.

11- Cabe ao PT construir essa agenda. Para isso não basta que as reivindicações de cada movimento sejam unificadas em bandeiras nacionais, que tenham ampla visibilidade e capacidade de mobilização. É preciso que o Partido seja capaz de propor aos movimentos objetivos que, mesmo não fazendo parte das suas reivindicações específicas, possam ser capazes de articular suas necessidades com as necessidades do conjunto dos setores democráticos e populares.

A AÇÃO POLÍTICA DA NOVA DIREÇÃO

SECRETARIA AGRÁRIA

12- A exigência da reforma agrária, como condição necessária à construção de uma sociedade democrática no Brasil, constitui-se no eixo central das políticas do PT para o campo. Seja como instrumento ágil de distribuição de renda, de terra, geração de empregos a baixo custo, como política de combate à violência contra os trabalhadores rurais, seja como condição básica de acesso de milhões de trabalhadores ao exercício da cidadania.

13- O PT reforçará, com a ação de seus militantes no campo, todos os processos unificados de lutas, a exemplo do que ocorreu no 2º Grito da Terra Brasil, como forma de resistir à política de FHC para o setor agrícola e oferecer uma perspectiva de desenvolvimento sustentável para a agricultura brasileira, do ponto de vista dos trabalhadores: os sem-terra, os assalariados rurais, os posseiros, os extrativistas, os pequenos e médios proprietários rurais.

Para isso deve existir um estreito vínculo entre os dirigentes e militantes do PT nos estados com as lutas do movimento sindical (CUT, Contag, Federações), MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento das Mulheres Agricultoras.

14- A política de mobilização e organização da Secretaria Agrária estará voltada, prioritariamente, para os municípios, para as regiões, para os movimentos, procurando sempre aproveitar as demandas colhidas durante as Caravanas da Cidadania.

15- Continuará com sua política de articular e estreitar as relações com as bancadas federal e estaduais, como se traduziu, em nível federal, na constituição do Núcleo Agrário da bancada, exemplo de relação Partido e bancada.

16- O PT, através de suas Secretarias Agrárias, manterá sua clara opção pelos excluídos (sem-terra, posseiros, extrativistas, assalariados rurais e pequenos produtores familiares) em sua ação partidária, tanto nas atividades parlamentares como no apoio às lutas sociais. Nossa ação é dirigida contra o governo e, além dele, contra os concentradores de terras, que não produzem, sonégam impostos, devem e caloteiam o Estado e praticam violência contra os trabalhadores rurais. Contra estes devemos centrar nossa ação, através de denúncias, projetos de leis e mobilizações.

17- A SAN deverá, em conjunto com a SNAI, criar canais específicos para articular as Secretarias de Agricultura das administrações petistas, na esfera estadual e municipal, com o objetivo de trocar experiências e aprofundar suas políticas para a agricultura.

18- O conjunto de políticas do Governo FHC para a agricultura tem levado à quebra generalizada de vários setores e à destruição pura e simples da pequena agricultura familiar.

O PT convocará sua militância em todos os movimentos com ação no meio rural para, junto com amplos setores da sociedade civil, levantar uma campanha em defesa da pequena agricultura familiar, de revitalização econômica das pequenas e médias cidades baseada na economia agrícola e agroindustrial, como forma de deter o êxodo rural, oferecer novas oportunidades de emprego e evitar a quebra das prefeituras.

Esta campanha terá como alvos principais as políticas de preços agrícolas, de crédito (lutando por uma situação justa que puna os caloteiros e negocie com os verdadeiros produtores, escorchados pela política de juros), a política cambial e as alíquotas de importação de produtos agrícolas subsidiados em seus países de origem.

19- O PT, através da Secretaria Agrária Nacional e de sua bancada na Câmara Federal, priorizará o apoio político e orgânico à ação da Comissão da Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, presidida pelo Partido, como forma de democratizar aquele espaço institucional, tradicionalmente cativo dos interesses dos grandes proprietários de terras, e convertê-lo numa instituição plural, que dê lugar ao debate e torne as decisões relativas aos interesses das maiorias, que de fato produzem os alimentos necessários à sociedade e mantêm a agricultura brasileira.

SECRETARIA SINDICAL

20- É contraditório, para um partido fundado a partir dos movimentos sociais, não possuir uma linha sindical clara, após 15 anos. A última experiência nesse sentido aconteceu há dez anos (1986) e, em não sendo atualizada, rediscutida, não operou o necessário, sendo hoje apenas uma parte da memória do PT. Considerando que o nosso Partido tem sua principal base social no movimento sindical, e sendo um partido que defende a bandeira do socialismo, voltado, portanto, às grandes transformações que o País carece, abrir a discussão objetivando a construção de uma linha sindical para o PT se torna prioridade.

21- Nesse sentido, a partir da discussão acumulada no Seminário Nacional dos Movimentos Sociais, promovido pela CEN, em abril de 95, é fundamental que o 10º Encontro delibere os rumos que seguiremos, a partir de resoluções concretas, (re)iniciando assim o nosso caminho rumo à atualização da nossa linha sindical, que oriente a nossa militância sindical nos duros embates propostos pela atual conjuntura.

22- Ter um projeto para toda a sociedade não significa a diluição nas instituições da sociedade civil, e sim ter políticas claras de nelas intervirmos, até porque a decantada sociedade é composta majoritariamente pelos excluídos. Afinal, “nós somos quase todos, eles apenas alguns”.

23- Portanto, a linha sindical do PT, antes de ser uma camisa-de-força para o movimento, necessita ser a política que orientará o sindicalismo, no sentido de

engajá-lo ativamente no projeto democrático e popular proposto pelo Partido, que se contrapõe frontalmente ao projeto das elites, hoje afirmado no ideário neoliberal.

24- O Partido não pode continuar como mero observador do atual quadro colocado. Seu papel dirigente deve ser retomado e, para que isso aconteça, se faz necessário retomar os fóruns de participação dos sindicalistas no PT, articulando-os com as demais secretarias de massas. Assim, é preciso fortalecer as Secretarias Estaduais e Nacional, que devem funcionar enquanto coletivos plurais, para que possam traduzir as políticas gerais do PT no movimento, trazendo para o Partido não apenas as demandas, mas principalmente as práticas por ele produzidas, que representam o concreto, a vida. Portanto, as referidas Secretarias devem ter as seguintes atribuições:

a) fórum de articulação dos sindicalistas petistas, no sentido de garantir a nossa unidade política no movimento; b) espaço de articulação e discussão das políticas do Partido para o movimento e vice-versa; c) elemento de ligação movimento-bancada-administrações*.

* O ponto 25, não existente na publicação original, está contido no ponto 24, conforme adendo publicado ao 10º Encontro.

26- Realizar um Encontro Sindical Nacional ainda neste semestre, objetivando atualizar a nossa linha sindical. O Encontro deverá ser precedido de um seminário nacional, que abrirá a discussão, encaminhando para os estados as questões políticas divergentes que careçam de aprofundamento/conhecimento das nossas bases sindicais.

27- Superar os problemas de comunicação, construindo uma imprensa ágil, que discuta e oriente os sindicalistas na sua militância diária.

SECRETARIA DE MOVIMENTOS POPULARES

28- O modelo de desenvolvimento vigente durante a Ditadura Militar produziu a exclusão de uma enorme parcela do povo brasileiro. A crise deste modelo, com impactos na atividade econômica e na qualidade e extensão dos serviços prestados pelo Estado, ampliou a massa de excluídos, total ou parcialmente, do trabalho e da cidadania. A introdução do neoliberalismo aprofundou este fenômeno.

É a partir destes fenômenos estruturais que, nos últimos 20 anos, surgiram e se desenvolveram centenas de movimentos sociais em torno de diversos temas, como a questão urbana, a saúde, a educação, entre outros.

29- Certos setores sociais foram mais atingidos pela exclusão social: as mulheres, os negros, os índios, os portadores de deficiência. Esses setores, vítimas de uma opressão histórica, viram-se ainda mais penalizados pela crise econômica e social, sofrendo mais que os outros os efeitos culturais da crise (a perda de solidariedade, a violência sexual, policial, familiar). Por outro lado, foram nesses 20 anos que se consolidaram, nesses setores sociais, movimentos vinculados à defesa de seus direitos específicos.

30- Milhões de brasileiros encontram-se à margem de quaisquer movimentos organizados. Outros milhões articulam-se em torno de entidades culturais,

recreativas, religiosas. Mesmo quando manipuladas pelos governos, pela mídia ou pelo crime organizado, estas entidades convertem-se em espaços de resistência comunitária.

31- A Secretaria de Movimentos Populares visa organizar a ação destes setores sociais em torno de propostas e lutas por seus direitos; por políticas públicas como saúde, educação, moradia, transporte; pela sua afirmação cultural, sexual, religiosa, étnica etc. A ação partidária contribui para vincular estes objetivos imediatos aos propósitos históricos de luta contra a exploração e a dominação.

32- As Secretarias de Movimentos Populares, Agrária, Sindical, e as demais frentes de massa, estabelecerão canais permanentes de comunicação com os movimentos sociais, para ter uma ação articulada e de continuidade, que acumule e faça avançar os movimentos sociais do ponto de vista político e orgânico.

33- Nessa perspectiva, cabe à Secretaria de Movimentos Populares:

a) incorporar a temática dos movimentos populares à pauta dos Encontros e das direções partidárias;

b) colaborar com o processo de formulação da política partidária para os movimentos populares;

c) acompanhar e criar, onde não houver, Secretarias Estaduais e Municipais de movimentos populares;

d) acompanhar, ou estimular a criação, dos setoriais e núcleos de movimentos;

e) unificar a intervenção petista nos movimentos, em particular na Central de Movimentos Populares;

f) desenvolver, em conjunto com a SNFP, uma política específica de formação para a militância dos movimentos populares;

g) desenvolver uma política de comunicação, seja interna (através de informativo específico e de espaço regular na imprensa partidária), seja através do estímulo à criação de mecanismos próprios de comunicação dos movimentos (com destaque para meios de comunicação massivos, a começar pelas rádios livres dos próprios movimentos);

h) realizar a interligação entre os setoriais, as demais frentes de ação do PT e o conjunto da direção partidária;

i) reunir regularmente os parlamentares com atuação ou base principal junto aos movimentos populares, para discutir a ação partidária, evitando assim a criação de indesejáveis instâncias paralelas vinculadas aos mandatos;

j) manter relação cotidiana com as entidades de massa e da sociedade civil afins aos temas e lutas dos movimentos populares.

34- Tendo em vista a ofensiva desenvolvida pelo Governo FHC, através do Programa Comunidade Solidária, caberá à Secretaria de Movimentos Populares desenvolver um trabalho permanente de esclarecimento e denúncia do Comunidade Solidária, além de propor e colaborar na execução de uma ação de conjunto do Partido contra esta política de cooptação desenvolvida pelo governo.

A referência para a atuação afirmativa dos petistas nesta área deve-se pautar no projeto do PNSE (Programa Nacional de Segurança Alimentar), no MEE (Mais e

Melhores Empregos), no Programa de Renda Mínima e em outros que buscam mecanismos efetivos de mudanças nas causas da miséria e da fome.

Observação:

A implementação de todas as propostas destas e das demais resoluções referentes a comunicação, assim como as propostas de seminários e Encontros e outras que impliquem despesas, estará condicionada ao planejamento geral das atividades do Diretório Nacional e à consolidação do orçamento partidário.

RESOLUÇÃO SOBRE OS PETISTAS E O COMUNIDADE SOLIDÁRIA

1- O 10º Encontro Nacional orienta os governos, os parlamentares e os filiados petistas a combaterem o Programa Comunidade Solidária, a efetivarem uma crítica de fundo, pois, na verdade, traduz-se em instrumento de cooptação política do governo federal, objetiva a subordinação de lideranças e movimentos populares e sociais, pretende submeter tais movimentos a uma condição de adesismo forçado ao Governo FHC e está sendo usado como instrumento de caráter eleitoreiro.

Os governos do PT devem ter como ponto de partida e objetivo estabelecerem relações diretas com os Ministérios, para obterem seus recursos, quando de interesse público.

De outra parte, cabe à CEN e à SNAI encaminharem a discussão com aquelas administrações petistas que, por razões de gestão, forem compelidas a manter parceria com o Programa Comunidade Solidária.

2- Tendo em vista a presença de petistas no Conselho Nacional do Programa Comunidade Solidária, o 10º Encontro Nacional decide solicitar a estes militantes que se desliguem imediatamente do Programa Comunidade Solidária. Caso não o façam, o 10º Encontro considera incompatíveis a colaboração com este programa estratégico para o Governo FHC e a condição de filiado.